

O DISCURSO DA CONVERGÊNCIA INEVITÁVELⁱ A CONSTRUÇÃO DO JORNALISTA MULTITAREFA NAS PÁGINAS DE O GLOBO

Marcelo Kischinhevsky

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

marcelokisch@gmail.com.

Resumo: O artigo busca investigar a reconfiguração nas redações de jornais brasileiros, onde jornalistas vêm sendo forçados a gerar conteúdos em texto, áudio e vídeo. A nova lógica produtiva é analisada à luz de discursos sobre a convergência, publicados no jornal *O Globo*, e da precarização do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Convergência. Jornalismo. Economia Política da Comunicação.

Resúmen: *El artículo busca investigar la reconfiguración de las salas de prensa de los diarios brasileños, donde los periodistas se quedan forzados a generar contenidos en texto, audio y video. El análisis acerca de la nueva logica productiva enfoca los discursos de convergencia publicados en el diario O Globo y la creciente precariedad laboral en el mercado de trabajo.*

Palabras-clave: *Convergencia. Periodismo. Economía Política de la Comunicación.*

Abstract: *This article seeks to investigate Brazilian press' newsrooms reconfiguration, which have been pushing journalists to produce text, audio, and video contents. The new productive logic is analyzed along with convergence speeches published by O Globo newspaper. Labour markets' precarious conditions will also be considered.*

Key-words: *Convergence. Journalism. Political Economy of Communication.*

INTRODUÇÃO

Na noite de 18 de setembro de 2008, quinta-feira, comunicado interno assinado pelo diretor de Redação do jornal *O Globo*, Rodolfo Fernandes, informava os editores e subeditores sobre os detalhes de um profundo processo de reconfiguração das rotinas produtivas que culminaria, no ano seguinte, na integração com *O Globo Online* (cuja marca seria extinta). Na longa mensagem eletrônica, o

jornalista antecipava as diretrizes da campanha de marketing que estrearia dois dias depois, buscando marcar o reposicionamento de um dos diários brasileiros de maior prestígio e vendagemⁱⁱ, com a oferta de mais ferramentas de interatividade e conteúdo multimídia.

Após observações sobre a apropriação de características do jornalismo *on-line*, como a maior visibilidade para os comentários de leitores, o executivo do Infoglobo trataria de procedimentos que mexeriam dramaticamente com o dia-a-dia dos jornalistas do impresso. A prática de ir à rua coletar informações munidos de telefones celulares de última geração, câmeras/filmadoras e gravadores digitais, antes restrita à equipe de um suplemento (Bairros.com), seria agora disseminada para todas as editorias. Com os equipamentos disponíveis, os repórteres deveriam produzir fotos ou vídeos com dois a quatro minutos de duração, relacionados às reportagens que estivessem apurando, para alimentar a área multimídia do *site*. Flagrantes passariam a ser transmitidos diretamente para a redação. Um miniestúdio do *on-line* passava a ser aberto a todos, para a gravação de *podcasts* ou edição da íntegra de áudios a serem publicados no *site*ⁱⁱⁱ. Nenhuma linha da mensagem do diretor de Redação foi dedicada a orientar os editores sobre como lidar com a sobrecarga de trabalho resultante dos novos procedimentos.

Poucas semanas depois, o mundo entraria em aguda recessão econômica, com forte impacto no mercado de trabalho brasileiro^{iv}, e os jornalistas acabariam compelidos a se submeter às mudanças no modo de produção sem maiores questionamentos – afinal, com a crise, o fantasma das demissões tornou-se ainda mais presente nas empresas nacionais de comunicação, mesmo nas de maior faturamento.

A nova lógica produtiva coincidiu com a discussão, no âmbito do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, da adoção de controle de ponto nas redações cariocas. Em assembleia, a categoria votou a favor de recurso do sindicato à Justiça do Trabalho, visando instituir o controle, o que

possibilitaria coibir ou pelo menos compensar jornadas abusivas, corriqueiras em todos os diários impressos do Rio.

O conflito em torno da adoção do ponto transformou a imprensa em notícia e pôs em evidência as duras condições de trabalho do jornalista em tempos de convergência midiática, que traz como pressuposto a produção e a oferta de conteúdos nos mais diversos suportes. A convergência de conteúdos em texto, áudio e vídeo rumo a plataformas digitais vem redesenhando, na última década, o modo de produção das redações da grande imprensa e, conseqüentemente, o mercado de trabalho jornalístico. Não apenas em *O Globo*, mas em diversos veículos da grande imprensa brasileira, repórteres têm sido, sistematicamente, forçados a elaborar noticiário para múltiplos canais de distribuição (jornais, revistas, rádio, TV, portais), tendo sua jornada ampliada de forma brutal, geralmente sem qualquer compensação.

A mudança na lógica produtiva torna-se um fardo excepcionalmente pesado se considerarmos a construção de uma cultura identitária do jornalista, como um profissional abnegado, movido pelo interesse público e de prontidão 24 horas por dia, sete dias por semana. Sobretudo entre os anos 1950 e 1970, as indústrias da comunicação e da cultura se encarregaram de forjar uma persona para o jornalista, apresentado em filmes, artigos e entrevistas auto-referenciadas como peça-chave para o direito à liberdade de expressão e, conseqüentemente, para a própria democracia. Para Alberto Dines, o jornalista “deve ser um espírito inconformado e inquieto”: “Jornalista conformado não é jornalista”, sentenciava, em livro básico para a formação superior dos profissionais de Jornalismo no Brasil (DINES, 1974/1986, p. 120).

Os mecanismos de construção dessa identidade profissional e as interações no ambiente de trabalho têm sido objeto de promissoras pesquisas (ver, por exemplo, OLIVEIRA, 2009, e MELLO, 2009) e apresentam terreno fértil de análise, podendo ser desdobrados para a investigação das culturas da convergência nas redações. No Brasil, onde o mercado e as relações de trabalho primam pela “limitada

institucionalidade” (DEDECCA, 2005, p. 102), a transição para um modo de produção pós-fordista, marcado pela especialização flexível (LESSA, 2001, p. 432), acarretou precarização sem precedentes nas redações, com demissões em massa, terceirização de atividade-fim e intensa rotatividade de mão-de-obra.

Por trás da nova rotina produtiva, estão discursos que fazem da convergência midiática um processo inevitável e supostamente ajustado para atender a uma demanda social por informação em diversos suportes digitais. O jornalista, hoje, precisa ser um profissional *multiskilled* (HASSAN, 2000, p. 31), ou seja, desenvolver múltiplas habilidades. Deve apurar, numa única saída da redação, dados que permitam a produção de textos para veiculação em *sites* e/ou impressos, além de captar imagens e áudio, editando-as e apresentando-as na internet ou em programas informativos televisivos e/ou radiofônicos. “Visibilidade” tornou-se palavra recorrente no discurso de chefes e subalternos que defendem a nova lógica, alegando que seus trabalhos ganham maior repercussão. Sem embargo, os abusos à legislação trabalhista, com jornadas extenuantes e acúmulo de funções, tornaram-se uma preocupação para representantes da categoria, a ponto de o Sindicato dos Jornalistas do Rio reivindicar, na campanha de 2009, “multissalário” para os repórteres que dão conta da chamada “multifunção”^v.

Este artigo investiga como o discurso da convergência inexorável se impôs nas redações brasileiras, importado por consultores inspirados em relatos de experiências pioneiras nos Estados Unidos da América (EUA) e na União Europeia. Para mapear a ideologia por trás desse processo, serão articuladas informações obtidas por meio de entrevistas realizadas junto a jornalistas, de diversos níveis hierárquicos dos principais jornais do Rio de Janeiro (*O Globo*, *Extra*, *O Dia*, *Jornal do Brasil*) e os discursos colocados sobre o caráter da profissão, notadamente na seção Por Dentro do Globo, publicada diariamente na página 2 do jornal *O Globo*. Estes dados serão cotejados com relatos de pesquisadores de outros países, em particular Espanha e EUA, dedicados ao fenômeno da convergência midiática,

sempre à luz da bibliografia recente sobre o tema, especialmente aquela filiada à Economia Política da Comunicação.

Será analisada a hipótese de que o próprio papel de mediador social exercido pelo jornalista na sociedade contemporânea encontra-se ameaçado, em função da queda da qualidade – decorrente dos exageros da multifunção e dos prazos de fechamento (*deadlines*) cada vez mais apertados – e dos tênues vínculos entre estes profissionais e as empresas jornalísticas, com a constante ameaça de demissão e os recorrentes programas de cortes de custos. Situação que se agrava com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 17 de junho de 2009, derrubando a exigência de diploma de nível superior para o exercício da profissão de jornalista.

O EXERCÍCIO DO JORNALISMO NO BRASIL

O Brasil foi considerado, durante anos, um país de vanguarda em termos de legislação para o exercício da profissão de jornalista. A exigência do diploma de graduação específica, instituída em 1969, levou nas décadas seguintes a uma qualificação sem precedentes da mão-de-obra e à profissionalização das relações trabalhistas nas redações dos principais veículos de comunicação. Até então, o exercício do Jornalismo era um *bico*, uma atividade complementar, paixão de poucos privilegiados – e também um paraíso para prosélitos, achacadores e pilantras em geral, graças aos frouxos mecanismos de controle, públicos e privados. A legislação, contudo, teve o efeito colateral de impulsionar a proliferação de cursos superiores na área. Muitos deles, de baixíssima qualidade.

As estatísticas sobre a profissão são esparsas e de baixa confiabilidade (KISCHINHEVSKY, 2009). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2006, mantinha o profissional da imprensa no subgrupo ocupacional dos “Comunicadores, artistas e religiosos”^{vi}.

Isso ocorre apesar de as indústrias midiáticas terem peso relevante na economia brasileira. Não há, contudo, estimativas precisas sobre o contingente de profissionais de Jornalismo militando no país. A Relação Anual de Informações Sociais (Rais), coletada pelo Ministério do Trabalho, apontava a existência de apenas 20.961 jornalistas empregados no Brasil em 2002, contra 17.528 no ano de 1986, início da série histórica – a partir de 2002, mudanças na forma de coleta dos dados inviabilizaram comparações, diluindo, por exemplo, jornalistas entre os trabalhadores da indústria gráfica e editorial.

O baixo número de profissionais militantes e o modesto crescimento em quase duas décadas, expostos nos dados da Rais, se explicam por diversos fatores, entre os quais a sonegação de informações por parte dos empregadores e, a partir dos anos 1990, o avanço da precarização nas relações de trabalho. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) estima que havia no Brasil, em 2002, cerca de 80 mil jornalistas atuando nas redações e nas assessorias de imprensa – o número pode ser bem maior nas diversas esferas do poder público, pois muitas vezes o jornalista, embora exerça atividades ligadas à comunicação, está registrado de formas distintas, como cargo comissionado ou “analista” e mesmo “técnico”.

Nesse período, expõe-se a saturação do mercado de trabalho, na esteira da exigência de diploma de curso superior. Em junho de 2003, havia no país 443 cursos de Comunicação Social em operação. Só naquele ano, 14 mil estudantes – a maioria com habilitação em Jornalismo – concluíram a graduação. Estes jovens profissionais confrontaram escassez de vagas e um mercado transfigurado por brutais processos de modernização empresarial.

No fim dos anos 1970, as redações da grande imprensa nacional chegaram a ser povoadas por centenas de jornalistas, que tinham a máquina de escrever como expressão máxima de seus instrumentos de trabalho. Era o período de afirmação do jornal-empresa, que ganhava musculatura com o avanço da industrialização e com as relações estreitas entre empresários de comunicação e o poder público, historicamente a maior fonte de verbas publicitárias no Brasil (LAGE, 2001). O período

também pode ser representado pelas lutas sindicais, que tiveram seu ápice nas greves em montadoras de automóveis na Grande São Paulo. Em 1979, houve também a primeira grande greve num jornal brasileiro de que se tem notícia, paralisando parcialmente a redação da *Folha de S.Paulo*. Após o fracasso do movimento, grande parte da redação acabou demitida, deflagrando forte movimento de rotatividade de mão-de-obra.

A virada para a década de 1980 trouxe a automação de processos nos parques gráficos e, logo em seguida, nas redações, o que redesenhou as rotinas de produção da imprensa escrita. O jornal-empresa buscava a flexibilidade produtiva característica do pós-fordismo, num cenário de intensa segmentação de formas midiáticas. A esta fase, sobreviveriam “as organizações vocacionadas para a inovação tecnológica e gerencial: que flexibilizam suas estruturas, a linha de produção, as funções profissionais e os produtos, ainda que estes sejam bens culturais” (FONSECA, 2005, p. 330).

Etapas do processo industrial foram comprimidas e eventualmente suprimidas, ocasionando cortes de custos com pessoal e equipamentos e, por tabela, ganhos para os patrões. A máquina de escrever era substituída por microcomputadores, ferramenta útil para a obtenção de maior produtividade dos jornalistas. A informatização reduziu tremendamente o tempo necessário à elaboração e ao processamento de um texto jornalístico, levando a cobranças crescentes – aumento do número de pautas diárias designadas a cada repórter, enxugamento de equipes, acúmulo de funções. Quem não se adaptou simplesmente perdeu o emprego.

A reorganização industrial trouxe ganhos de escala para um punhado de empresas de comunicação, que emergiriam dos anos 90 como grandes sobreviventes. Veículos que não investiram pesadamente na modernização de suas operações ou fizeram apostas equivocadas acabaram quebrando ou tornaram-se irrelevantes em termos de circulação e postos de trabalho.

O Rio de Janeiro, outrora o mercado de imprensa mais concorrido do país, passava a contar com um duopólio: o Infoglobo, responsável pela edição dos jornais *O Globo*, *Extra* e *Expresso*, líder absoluto em vendas e faturamento publicitário, seguido de longe pela Editora O Dia, que mantém *O Dia* e o compacto popular *Meia Hora*. O Infoglobo pertence às Organizações Globo, maior grupo de comunicação do Brasil, com a Rede Globo de Televisão, o Sistema Globo de Rádio, Editora Globo e participações em diversos outros negócios, como TV a cabo e internet – somadas as audiências de seus portais O Globo e G1, o conglomerado era líder em visitantes únicos em 2008, superando o UOL, ligado à Editora Folha da Manhã.

A consolidação na imprensa veio acompanhada de achatamento salarial e deterioração nas condições de trabalho. A crescente participação da mão-de-obra feminina (remunerada, historicamente, em condições inferiores à masculina) e a absorção da legião de recém-formados foram agravantes deste processo, pressionando os rendimentos ainda mais para baixo.

A onda de fusões, aquisições e quebras no setor de mídia ao longo da última década intensificou projetos de convergência visando à captura de sinergias. A exemplo do que ocorreu nos EUA e na Europa, grandes grupos brasileiros de comunicação estabeleceram sistemas de cooperação e intercâmbio de conteúdos entre seus veículos nas mais diversas plataformas, buscando extrair o máximo de produtividade de seus empregados. A convergência emerge nas redações como uma ideologia, um norte a orientar planejamentos estratégicos de empresários e executivos do setor.

Numa perspectiva “etapista”, a convergência apresentaria diversos níveis, indo do simples aproveitamento de notícias geradas por uma redação em outras plataformas de difusão do mesmo grupo empresarial até a formação de uma única redação responsável pela produção de conteúdos para diversos canais de distribuição (DAILEY et al., 2005). Outros autores, no entanto, consideram a convergência um processo essencialmente não-linear, que incide de modo desigual sobre os diversos aspectos do processo produtivo da notícia – coleta, edição e

distribuição de informação (GARCÍA AVILÉS e CARVAJAL, 2008). A multi-habilidade dos novos profissionais seria decisiva justamente no primeiro deles, a apuração.

A integração das redações do jornal *O Globo* e do Globo Online, ao longo de 2009, envolveu redução de quadros, especialmente entre repórteres mais experientes – *sites* especializados anunciaram pelo menos 15 demissões nas redações de ambos, até o mês de agosto, além de cortes pontuais em diversas editorias, com o congelamento de vagas abertas após a saída de profissionais. As dispensas foram atribuídas pela empresa, internamente, à queda nas vendas provocada pela crise econômica mundial.

Ao longo dos últimos anos, a integração de redações foi sinônimo de demissões. O pano de fundo é sempre um discurso sobre a necessidade de ganhos de escala para a sobrevivência das empresas num cenário de crescente competitividade.

Em São Paulo, em 2008, o Grupo Estado acelerou a unificação das operações do jornal *O Estado de S.Paulo*, da Agência Estado e do portal Estadao.com.br e promoveu amplo programa de demissões voluntárias. No Rio de Janeiro, pressionada pela retração nas vendas, a Editora O Dia reduziu equipes, extinguiu suplementos, como as edições regionais que circulavam no interior do Estado, e fechou a sucursal mantida há mais de duas décadas em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Um exemplo extremo (e malsucedido) de integração foi promovido pelo empresário Nelson Tanure, que arrendou marcas tradicionais da imprensa, como o *quality paper* *Jornal do Brasil*, o diário econômico *Gazeta Mercantil* e a revista *Forbes Brasil*. Entre 2004 e 2007, sua Companhia Brasileira de Multimídia (CBM) levou a cabo desastrosa unificação das redações de títulos do grupo, incluindo as versões em papel, agências de notícias (Agência JB e InvestNews) e *on-line*. Em nome do saneamento dos veículos, o total de jornalistas foi reduzido em mais de 70% e grande parte dos remanescentes foi coagida a abrir mão de direitos trabalhistas

básicos, tais como carteira assinada, 13º salário e férias remuneradas e benefícios como plano de saúde.

Com a integração, reportagens eram publicadas simultaneamente no *JB* e na *Gazeta*, a despeito de suas especificidades de linguagem, e criaram-se níveis de subordinação entre funcionários de diferentes empresas do grupo, com eliminação de postos de trabalho equivalentes. Todos deveriam ainda alimentar as versões *on-line*, cujas equipes foram reduzidas a um punhado de editores e subeditores. O resultado, evidentemente, foi perda de qualidade, seguida de acentuada queda nas vendas. Em junho de 2009, sob o peso de milionárias dívidas trabalhistas, Tanure devolveu a *Gazeta* ao antigo dono, e o jornal fechou as portas.

Em todas as grandes redações do país, em maior ou menor grau, jornalistas passaram a ser instados a colaborar com diversos veículos, sem qualquer gratificação. Tornou-se corriqueira também a adoção de metas de *flashes* (textos curtos, com a síntese de notícias que serão publicadas no dia seguinte) a serem produzidos, por editoria, para veiculação na internet ou para distribuição reservada via agência de notícias ou telefonia móvel. Com o alto índice de *turnover* (rotatividade de mão-de-obra), cresceram ainda as pressões por maior produtividade, com repórteres acumulando pautas e chefias sobrecarregadas de tarefas, conciliando o planejamento de grandes coberturas com o trabalho burocrático, travestidos de “gestores” de “unidades de negócios” – nova estrutura administrativa que engloba as antigas editorias e/ou suplementos de um jornal.

A preocupação em relação à crescente burla de direitos trabalhistas elementares e à qualidade do Jornalismo, com as novas rotinas de produção, vem mobilizando representantes da categoria (KISCHINHEVSKY, 2009, op. cit.): “(...) precisamos nos adaptar. Mas um repórter parando o tempo todo para produzir uma imagem, mandar um flash para uma agência ou gravar uma sonora pode embarcar numa pasteurização da notícia, em detrimento do aprofundamento, e entregar à população uma informação superficial”, critica Aziz Filho, secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio^{vii}.

De acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas, o avanço das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e o desrespeito às leis trabalhistas fizeram com que a jornada do profissional de imprensa crescesse de forma acentuada nos últimos anos. Em vez das cinco horas contratuais (ou sete, no caso do Rio, em função de acordo coletivo), 10 a 12 horas diárias de trabalho passaram a ser habituais, geralmente sem pagamento de horas extras ou mecanismos efetivos de compensação, como banco de horas. “Cada profissional produz por dois ou três colegas, tornando comuns os afastamentos motivados por esgotamento físico, por doenças do trabalho, e também o crescimento de transtornos psicológicos” (SATO, 2005).

Diante da escassa oferta de empregos, os profissionais tendem a se sujeitar a situações abusivas, naturalizando-as. Sato detectou, nos primeiros anos do século 21, “um exército de desempregados que propicia o abuso das empresas nas mais diversas formas, assim como o crescente assédio moral nas redações, condições de trabalho precárias, medo do desemprego, concorrência desesperadora, relação de sub-emprego, ausência de contratação ou formas de contratação irregulares etc.” (idem)

A deterioração do mercado no período, ainda segundo Sato, devia-se ao mau momento atravessado pelas empresas de comunicação, em função da forte concorrência. Num período de cinco anos, entre 1998 e 2002, a redução de quadros nas redações de algumas importantes empresas do setor chegou à casa de 40%, e também encolheu o espaço destinado a conteúdo editorial (não-publicitário).

O temor de profissionais e entidades representativas é de que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que por 8 votos a 1 derrubou a exigência do diploma de curso superior para o exercício do Jornalismo, leve a um agravamento ainda maior do cenário no mercado de trabalho. A Federação Internacional dos Jornalistas divulgou comunicado em que alerta para o fato de que a decisão abre “caminho para uma crescente precarização dos jornalistas” e cria “um prejuízo para a informação democrática”^{viii}. A declaração de inconstitucionalidade do inciso V do art.

4º do Decreto-Lei 972 de 1969 pelo STF, no entender da Fenaj, confunde “liberdade de expressão e de imprensa e direito de opinião com o exercício de uma atividade profissional especializada, que exige sólidos conhecimentos teóricos e técnicos, além de formação humana e ética”^{ix}.

O DISCURSO DA CONVERGÊNCIA: O QUE OS PATRÕES ESPERAM DO JORNALISTA

A convergência de texto, áudio e vídeo em novos canais de distribuição de conteúdo, como telefones celulares e internet, acelerou a disseminação de formas discursivas acerca de um novo ideal profissional: o jornalista multimidiático, apto a produzir noticiário para veiculação em qualquer plataforma. A convergência midiática molda não apenas as práticas jornalísticas contemporâneas, mas a própria autoimagem dos profissionais (DEUZE, 2004).

Com um mercado de trabalho redesenhado pelas novas TICs e pela precarização, ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades. Nesse sentido, a seção Por Dentro do Globo, publicada desde 2006 em espaço nobre do jornal *O Globo* – a página 2 do primeiro caderno – representa material rico para a análise das formas discursivas relacionadas a esse novo papel atribuído pelos patrões ao jornalista.

Em meio aos preparativos para a integração das redações de papel e *on-line* do Infoglobo, um texto, intitulado “Repórteres multimídia”, evidencia a tentativa de compor uma visão romântica do trabalho dos jornalistas em tempos de convergência. Em destaque, a correspondente Vivian Oswald, à época a única repórter brasileira em Moscou. Enquanto as atenções da imprensa se voltavam para os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, Vivian cobria o conflito entre a Rússia e a ex-república soviética da Geórgia, deflagrado pelo movimento separatista da Ossétia do Sul. “Além da importância dos fatos, o que torna a tarefa da correspondente mais

complexa é o caráter multimídia de sua cobertura – uma característica cada vez mais exigida dos jornalistas, chamados ao domínio das linguagens de vários meios de comunicação ao mesmo tempo”, informa o texto, sem assinatura, como de hábito^x.

“A cobertura é muito tensa e as informações, desencontradas, o que só aumenta o estresse de ter que atualizar várias vezes no mesmo dia os textos para o rádio, para a televisão, para o blog e para o jornal. O problema é que não só o conteúdo precisa ser apresentado de maneira diferente, mas também o formato e a linguagem”, relata a correspondente, evidenciando a pressão a que é submetida cotidianamente^{xi}. Na mesma coluna, a correspondente do *Globo* em Buenos Aires, Janaína Figueiredo, apresentada como “profissional polivalente”, afirma que “o fundamental para alcançar sucesso nesse desdobramento de linguagens é ter criatividade e saber o que espera o leitor, ouvinte ou telespectador”^{xii}.

Mas a multifunção não está limitada aos correspondentes internacionais. Em outra edição, *Por Dentro do Globo* revela que a orientação para que os repórteres produzissem conteúdo para outros suportes foi cumprida à risca por um grande contingente, incorporando-se à cultura profissional. “Quase toda boa história pode ser contada em texto, vídeo e foto. No último ano, as reportagens do *Globo* renderam 1.400 vídeos para o site do jornal, numa prova de que, na era multimídia, o conteúdo produzido pelos jornalistas chega aos leitores em múltiplas formas e não mais apenas impresso em papel”, diz a abertura da coluna, em tom triunfalista^{xiii}.

Antônio Fausto Neto vê em iniciativas como a seção *Por Dentro do Globo* uma espécie de discurso auto-referencial sobre o processo produtivo do noticiário. Um discurso que celebra o modo de prática jornalística adotado, enaltecendo a capacidade de seus profissionais de superar adversidades em grandes coberturas, descrevendo rotinas internas e, ocasionalmente, prestando contas de suas ações. Em seu esboço de uma “análise da midiatização”, o autor considera a auto-referencialidade discursiva um dos aspectos-chave das novas configurações da imprensa.

“Não se trata mais de falar para o leitor, apontá-lo a realidade construída, ou dizer que sabe ou que ‘soube antes’, mas relatar como

faz para dizer que ‘sabe antes...’. Na apresentação desta ‘realidade da construção’ edifica-se um novo contrato de leitura através do qual as mídias acabam sendo seu próprio objeto. Ou seja, segundo um novo modelo de enunciação posto em prática, trata-se de produzir uma enunciação na qual fale de si mesma, através do que privilegia não representações de um mundo externo, mas suas próprias operações, nas quais se explicitam os fundamentos dos seus próprios processos interpretativos. A isso, poderíamos definir como discurso auto-referencial e que se caracterizaria pela chamada de atenção da sua própria existência, dos seus processos de enunciação, dos seus modos de conhecer.” (FAUSTO NETO, 2008, pp.98-99)

Difícil aferir em que medida os discursos que buscam conformar uma nova identidade para o jornalista são efetivamente incorporados, sem resistências. Pelo menos uma vez, a seção acabaria provocando divisões internas no ambiente de trabalho: quando a direção da redação do diário tentou jogar os jornalistas da empresa contra o sindicato da categoria. O alvo era a ação judicial, movida pelo sindicato, para instituir o controle de ponto das redações do Infoglobo e da Editora O Dia. A reclamação dos trabalhadores, objeto de discussão em assembleias, era de que não havia pagamento de horas extras referentes às jornadas abusivas a que repórteres eram submetidos diariamente, além dos plantões de fins de semana e feriados. No jornal *O Globo*, o banco de folgas funcionava de modo irregular. Em algumas editorias, muitos jornalistas eram impedidos de gozar as folgas a que tinham direito.

Quando o Infoglobo foi instado pela Justiça do Trabalho a estabelecer o controle de ponto, Por Dentro do Globo trouxe texto em que se combinavam mitos sobre a rotina do jornalista e sobre a urgência da lógica do tempo real e a suposta flexibilidade das jornadas trabalhistas, trazidas pelas novas TICs.

“Uma longa tradição do jornalismo foi rompida. Por exigência do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, ontem, pela primeira vez, repórteres, redatores, fotógrafos, diagramadores e editores assistentes assinaram ponto ao entrar e ao sair da Redação, medida que criou polêmica e exigiu muitas reuniões. Todo jornalista sabe que notícia não tem hora para acontecer e, portanto, longas horas de trabalho nos dias em que parece que o mundo vai cair eram compensadas por folgões, quando a paz é restaurada na cidade, acaba a Copa do Mundo, ou acabam as eleições.

O ponto começa em plena época da internet, quando jornalistas não precisam mais estar na Redação para trabalhar, por ter à disposição notebooks e celulares para mandar notícias e fotos de onde estiverem.^{xiv}

O texto compara situações distintas, misturando a prática informal dos folgões – dias de folga após grandes coberturas – com a prática abusiva de submeter cotidianamente profissionais de jornalismo a jornadas de até 12 horas diárias. Ao final, o texto ainda informa que os jornalistas do *Globo* teriam que trabalhar oito horas por dia, e não sete, como prevê acordo coletivo, supostamente para cumprir horário de almoço.

Por Dentro do Globo ainda usa como exemplo os jornalistas da sucursal de Brasília, onde os setoristas nem precisam passar pela redação do jornal, apurando, redigindo e enviando suas reportagens de casa ou da rua, via internet. Como se esse tempo de trabalho não pudesse ser facilmente contabilizado, como ocorre há anos nas emissoras de rádio e TV, com a instituição do chamado ponto externo.

O sindicato reagiu, alegando que o setor de Recursos Humanos do Infoglobo não era o foco de resistência ao controle de ponto, que afastaria o risco de ações trabalhistas. O problema seriam os chamados gestores. “O plano de participação nos lucros do *Globo* premia poucos com altos valores, que dependem da redução de custos, muitas vezes em detrimento do investimento em reportagem. O verdadeiro temor, de poucos, é de que a empresa precise contratar mais pessoas ou pagar horas extras, reduzindo alguns tostões dos lucros da empresa e afetando o prêmio anual”, acusou, em nota^{xv}.

A adoção de um controle de ponto burocrático representou aumento da carga de trabalho para boa parte dos jornalistas, justamente num momento em que o acúmulo de funções trazido pela integração das redações se tornava norma. Só o tempo dirá se as longas jornadas passarão, enfim, a ser devidamente compensadas ou remuneradas. De qualquer forma, a disputa pública expôs o equilíbrio delicado entre os interesses empresariais e o acesso da população a informação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia do jornalista *multiskilled*, que respira notícias 24 horas por dia, emana do discurso dos executivos de empresas de comunicação e encontra eco entre um número crescente de profissionais – geralmente, jovens ansiosos por conquistar maior visibilidade, ao terem suas reportagens veiculadas em diversas mídias. A desenvoltura de um punhado de jornalistas de renome (comentaristas das áreas econômica e política, com direito a bônus salariais e participação nos lucros das empresas), atuando em jornal, rádio, TV e internet, ajuda a alimentar essa mística em torno da carreira multimídia. Aliás, é revelador o fato de que um bem-remunerado colunista do *Globo* tenha sido a principal voz a se colocar publicamente contra o controle de ponto, acusando-o justamente de pôr fim ao romantismo da profissão: “Jornalismo do tipo bom é tudo aquilo que acontece fora de hora. O resto é entrevista coletiva. Press release, informação de assessoria de imprensa”^{xvi}.

A convergência midiática é um processo inevitável? Os jornalistas devem se conformar com rotinas de trabalho exaustivas, atendendo a interesses empresariais e proporcionando ganhos de produtividade incompatíveis com o interesse público, com a demanda da sociedade por informação de qualidade?

Estudo sobre a integração total das redações de um grupo espanhol de jornal, rádio e TV expôs forte resistência de jornalistas mais experientes à nova lógica produtiva. Foram relatadas numerosas demissões e perda de qualidade, especialmente na área de imagem, com o crescente uso de fotografias e vídeos gerados por repórteres de texto sem formação específica (GARCÍA AVILÉS e CARVAJAL, op. cit.).

Diversos pesquisadores questionam os supostos benefícios da convergência midiática sobre a produção e a veiculação de informação, visto que a sucessão de fusões, aquisições e quebras no setor de mídia tende a reduzir a diversidade de vozes na sociedade. Pesquisa realizada com repórteres e editores de jornais e

emissoras de TV nos EUA mostra que 38% admitem que o nível do jornalismo caiu com a produção de conteúdos segundo a lógica da convergência (HUANG et al., op. cit.). Problemas semelhantes foram percebidos na Espanha, onde a criatividade e a qualidade do jornalismo *on-line* são tolhidas pela falta de investimento em infraestrutura e pelos apertados prazos de fechamento (SANDOVAL MARTÍN, 2005).

Ainda não há exemplo de integração total de redações no Brasil, mas, como vimos, o discurso sobre a inevitabilidade da convergência midiática vem prevalecendo, tornando-se uma ideologia que permeia todo o fazer jornalístico na grande imprensa. Inexistem evidências de que a sociedade esteja sendo beneficiada pela precarização do mercado de trabalho de Jornalismo e pela afirmação de uma nova lógica produtiva, marcada pela oferta de conteúdos digitais em texto, áudio e vídeo, gerados por repórteres multifuncionais. O fim da obrigatoriedade do diploma de curso superior para o exercício da profissão só agrava o cenário, abalando o status de mediador social desfrutado pelo jornalista no país desde o período da redemocratização.

O jornalista precisa repensar seu papel diante das novas tecnologias digitais, para não se tornar um mero apertador de botões, um malabarista da informação, equilibrando diversos aparelhos eletrônicos – gravadores, filmadoras, celulares com câmera fotográfica, *notebooks*. Um jornalista sem espírito crítico limita-se a reproduzir discursos, sendo incapaz de (mitificações à parte) cumprir suas reais funções sociais: assegurar os direitos à informação e à liberdade de expressão e ajudar a construir cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAILEY, Larry; DEMO, Lori; SPILLMAN, Mary. “*The convergence continuum: A model for studying collaboration between media newsrooms*”, *Atlantic Journal of Communication* 13(3): 150–68, 2005.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. “Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil”, *Revista de Economía Política*, vol. 25, n. 1 (97), pp. 94-111, jan-mar. 2005.

DEUZE, Mark. “What is multimedia journalism?”, *Journalism Studies*, vol. 5, n. 2, pp. 139–152. Routledge, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. “Fragmentos de uma ‘analítica’ da midiatização”, in *MATRIZES*, n. 2, abril de 2008.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. “O jornalismo no conglomerado de mídia – Reestruturação produtiva sob o capitalismo global”. Tese de doutorado. Porto Alegre, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/UFRGS, 2005.

GARCÍA AVILÉS, José Alberto; CARVAJAL, Miguel. “Integrated and cross-media newsroom convergence: Two models of multimedia news production – The cases of Novotécnica and La Verdad Multimedia in Spain”. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*. Vol 14(2): 221–239. Sage, 2008.

HASSAN, Robert. “The space economy of convergence”. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*. Vol. 6(4): 18-35. Sage, 2000.

HUANG, Edward; DAVISON, Karen; SHREVE, Stephanie; DAVIS, Twila; BETTENDORF, Elizabeth; NAIR, Anita. “Facing the challenges of media convergence. Media professionals’ concerns of working across media platforms”, *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, Vol. 12(1): 83–98. Sage, 2006.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. “Convergência nas redações – Mapeando os impactos do novo cenário midiático sobre o fazer jornalístico”, in RODRIGUES, Carla (org.), *Jornalismo On-Line: Modos de fazer* (no prelo). Rio de Janeiro/Porto Alegre: Ed. PUC-Rio, Ed. Sulina, 2009.

_____. *O rádio sem onda – Convergência digital e novos desafios na radiodifusão*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

MELLO, Pedro Paulo Thiago de. “Por trás da notícia: Um olhar etnográfico sobre os ritos de interação numa redação de jornal”. Tese de doutorado em Antropologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. “O trabalho de afirmação do self missionário e aventureiro dos jornalistas em espaços públicos de discursividade”. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor, realizado na Universidade de São Paulo (USP), 2009.

SANDOVAL MARTÍN, María Teresa. “El periodista digital: precariedad laboral y las nuevas oportunidades”. *Telos*, n. 63, abr.-jun., 2005.

SATO, Nelson Kengo. “Número de jornalistas no Brasil – 1986 a 2002”, Assessoria Econômica da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), disponível em <http://www.fenaj.org.br/economico.php?id=8#docs>, 2005.

ⁱ O presente artigo é uma versão revista e ampliada de trabalho apresentado no VII Congresso Internacional de la Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (ULEPICC), realizado na Universidad Carlos III, em Madrid, na Espanha, em outubro de 2009. O autor agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio à participação no congresso, por meio do Programa de Apoio a Eventos no Exterior (Paex).

ⁱⁱ Maior *quality paper* do Rio de Janeiro, segundo maior mercado consumidor do Brasil, *O Globo* detém o 4º lugar no ranking nacional de circulação paga, com média diária de 281,4 mil exemplares em 2008. É editado pelo Infoglobo, que também controla o jornal popular *Extra*, 3º no mesmo ranking, com média diária de 287,3 mil exemplares. Ambos só são superados pela *Folha de S.Paulo*, editado pela Folha da Manhã, com média de 311,2 mil exemplares/dia, e pelo tablóide popular *Super Notícia*, da Sempre Editora, de Belo Horizonte, com 303 mil. Entre 2003 e 2007, *O Globo* ocupou a 2ª posição no ranking nacional, atrás somente da *Folha*. Os dados são da Associação Nacional dos Jornais (ANJ).

ⁱⁱⁱ Maior *quality paper* do Rio de Janeiro, segundo maior mercado consumidor do Brasil, *O Globo* detém o 4º lugar no ranking nacional de circulação paga, com média diária de 281,4 mil exemplares em 2008. É editado pelo Infoglobo, que também controla o jornal popular *Extra*, 3º no mesmo ranking, com média diária de 287,3 mil exemplares. Ambos só são superados pela *Folha de S.Paulo*, editado pela Folha da Manhã, com média de 311,2 mil exemplares/dia, e pelo tablóide popular *Super Notícia*, da Sempre Editora, de Belo Horizonte, com 303 mil. Entre 2003 e 2007, *O Globo* ocupou a 2ª posição no ranking nacional, atrás somente da *Folha*. Os dados são da Associação Nacional dos Jornais (ANJ).

^{iv} Entre novembro de 2008 e janeiro de 2009, o saldo na geração de empregos ficou negativo em 797.515 postos de trabalho em todo o país, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego. Só em dezembro, foram 654.946 vagas fechadas, com destaque negativo para os grandes centros urbanos, maiores mercados consumidores de jornais impressos. Levantamento disponível em: <http://estatistica.caged.gov.br/consulta.aspx?mesCPT=01&anoCPT=2009>. Última consulta: 29 de agosto de 2009.

^v Ver “Multifunção requer multissalário e cuidado com a qualidade”, p. 3, e “Campanha salarial começa em dezembro e multimídia é novidade”, p. 8, *Lidão (informativo do sindicato)*, n. 39, nov. 2008.

^{vi} Ver notas explicativas à Síntese dos Indicadores Sociais, disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2006/notatecnicapnad.pdf>. Última consulta: 29 de dezembro de 2008.

^{vii} Ver *Lidão*, op. cit., p. 3.

^{viii} Ver “FIJ: Decisão da Justiça brasileira é retrocesso de repercussão internacional”, 18 de junho de 2009, nota publicada no *site* do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

^{ix} Ver “Oito contra oitenta mil; oito contra 180 milhões”, 18 de junho de 2009, nota publicada no site da Fenaj.

^x Ver “Repórteres multimídia”, *Por Dentro do Globo*, 12 de agosto de 2008.

^{xi} *Idem*. A jornalista escreve para *O Globo* em papel e na internet, além de colaborar para a Rádio CBN e para a TV por assinatura Globonews. A coluna não menciona qualquer adicional salarial, embora correspondentes e colunistas desfrutem de maior prestígio dentro da hierarquia nas redações e, portanto, tendem a ser mais bem remunerados.

^{xii} *Idem*.

^{xiii} Ver “Além do papel”, *Por Dentro do Globo*, 13 de maio de 2009.

^{xiv} Ver “Ponto x notícia”, *Por Dentro do Globo*, 2 de abril de 2009.

^{xv} Ver “Ponto x notícia: ‘Ilegal, e daí?’”, nota do sindicato, 3 de abril de 2009.

^{xvi} Ver “Uma notícia com hora marcada”, Joaquim Ferreira dos Santos, *Segundo Caderno*, p. 8, 30 de março de 2009.